CONFISSÃO DE FÉ DOS SÍMBOLOS

CAPUT I
DE SACRA SCRIPTURA

ARTICULUS I
Da Autoridade Autopistós das Escrituras

Confessamos que as Escrituras do Antigo e Novo Testamentos, compostas por sessenta e seis livros, são a Palavra de DEUS “Theópneustos” (Inspirados por DEUS... de tal modo que o fôlego divino os tornou a própria Palavra do SENHOR), cuja autoridade não deriva da Igreja, mas de sua própria natureza divina, sendo auto-autenticadoras e a única regra infalível de fé e prática, à qual toda tradição e concílio devem submeter-se como juízo final, Assim declara as Escrituras;
“Toda a Escritura é divinamente inspirada e proveitosa para ensinar” (II Tim. III, xvi); “Homens santos de DEUS falaram inspirados pelo ESPÍRITO SANTO” (II Ped. I, xxi); “A Escritura não pode ser anulada” (Ioann. X, xxxv).

ARTICULUS II
Da Suficiência Material e Final da Escritura

Cremos que a Escritura é perfeitamente suficiente para o fim designado: instruir o homem para toda boa obra, de modo que não exige magistério infalível extrabíblico que a complete, pois nela o homem de DEUS é perfeitamente habilitado, sendo-lhe vedado acrescentar ou retirar coisa alguma, Assim declara as Escrituras;
“Para que o homem de DEUS seja perfeito, e perfeitamente instruído para toda a boa obra” (II Tim. III, xvii); “À lei e ao testemunho! Se eles não falarem segundo esta palavra, é porque não há luz neles” (Isai. VIII, xx); “Toda a palavra de DEUS é pura; escudo é para os que nele confiam” (Prov. XXX, v).

ARTICULUS III
Da Perspicuidade e Clareza da Escritura

Cremos que a Escritura, nos pontos centrais da fé, brilha com luz própria, sendo acessível até aos simples, desde que iluminados pelo ESPÍRITO; todavia, a existência de “cruces interpretum” (refere-se às passagens bíblicas de difícil interpretação) não anula sua clareza essencial, antes convida ao estudo diligente e à comparação das coisas espirituais com as espirituais, Assim declara as Escrituras;
“A exposição das tuas palavras dá luz, dá entendimento aos símplices” (Psal. CXIX, cxxx); “Lâmpada para os meus pés é tua palavra, e luz para o meu caminho” (Psal.

CXIX, cv); “As palavras do SENHOR são palavras puras, como prata refinada em forno de barro, purificada sete vezes” (Psal. XII, vi).

ARTICULUS IV

Do Cânon e do Testemunho Interno do ESPÍRITO

Cremos que os sessenta e seis livros canônicos constituem a revelação completa de DEUS, não sendo lícito acrescentar ou retirar algo; e que o testemunho interno do ESPÍRITO SANTO no coração do crente é o meio pelo qual esta auto-autenticação é recebida, produzindo plena certeza de que as Escrituras são a voz do DEUS vivo, Assim declara as Escrituras;

“Eu testifico a todo aquele que ouvir as palavras da profecia deste livro que, se alguém lhes acrescentar alguma coisa, DEUS fará vir sobre ele as pragas que estão escritas neste livro” (Apoc. XXII, xviii); “Ouvindo vós a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação; e tendo nele também crido, fostes selados com o ESPÍRITO SANTO da promessa” (Eph. I, xiii); “Mas o Consolador, o ESPÍRITO SANTO, que o PAI enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas” (Ioann. XIV, xxvi).

CAPUT II
DE DEO ET SANCTA TRINITATE

ARTICULUS V
Da Essência Divina e Seus Atributos Incomunicáveis

Confessamos que há um só DEUS vivo e verdadeiro, que é ESPÍRITO infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade; cuja imensidade, onipotência, onisciência e perfeição absoluta são predicados idênticos à sua essência simplicíssima, de modo que n'Ele não há composição, potencialidade inacabada, nem sombra de variação, Assim declara as Escrituras;
“Ouve, Israel, o SENHOR nosso DEUS é o único SENHOR” (Deut. VI, iv); “Porque eu, o SENHOR, não mudo” (Mal. III, vi); “Grande é o nosso SENHOR, e de grande poder; o seu entendimento é infinito” (Psal. CXLVII, v); “DEUS é ESPÍRITO, e importa que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade” (Ioann. IV, xxiv).

ARTICULUS VI
Da Unidade da Essência na Distinção das Pessoas

Cremos que este DEUS único subsiste em três Pessoas co-essenciais e co-eternas — PAI, FILHO e ESPÍRITO SANTO —, iguais em poder e glória, consubstanciais e dignas de igual adoração; não são três DEUSes, mas um só DEUS, visto que as Pessoas não dividem a essência, antes a possuem indivisa, cada uma detendo a inteireza da deidade, Assim declara as Escrituras;
“Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do PAI, e do FILHO, e do ESPÍRITO SANTO” (Matth. XXVIII, xix); “Porque três são os que testificam no céu: o PAI, a Palavra, e o ESPÍRITO SANTO; e estes três são um” (I Ioann. V, vii); “A graça do SENHOR JESUS CRISTO, e o amor de DEUS, e a comunhão do ESPÍRITO SANTO seja com todos vós” (II Cor. XIII, xiii).

ARTICULUS VII
Das Relações de Origem e da Fonte da Divindade

Cremos que a distinção pessoal reside unicamente nas relações de origem: o PAI é de ninguém gerado nem procedente; o FILHO é desde a eternidade gerado do PAI; o ESPÍRITO SANTO desde a eternidade procede do PAI e do FILHO, sendo o PAI a fons Deitatis — fonte da divindade —, princípio pessoal na ordem trinitária, sem comunicar essência menor, pois cada Pessoa possui a plenitude da deidade, Assim declara as Escrituras;

“No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com DEUS, e o Verbo era DEUS” (Ioann. I, i); “Quando vier o Consolador, que eu da parte do PAI vos hei de enviar, aquele ESPÍRITO de verdade, que procede do PAI, ele testificará de MIM” (Ioann. XV, xxvi); “Porque, assim como o PAI tem a vida em si mesmo, assim deu também ao Filho ter a vida em si mesmo” (Ioann. V, xxvi).

ARTICULUS VIII

Da Ordem de Subsistência e da Igualdade de Glória

Cremos que as relações de origem não implicam subordinação essencial, mas ordem de subsistência na igualdade de glória e poder; o PAI, o FILHO e o ESPÍRITO SANTO são co-iguais e co-eternos, dignos da mesma honra, louvor e adoração, operando indivisivelmente as obras externas da criação, redenção e santificação, cada qual segundo a propriedade pessoal que lhe é distinta, Assim declara as Escrituras;
“Para que todos honrem o FILHO, como honram o PAI” (Ioann. V, xxiii); “EU E O PAI SOMOS UM” (Ioann. X, xxx); “Não sabes tu que eu sou aquele que te cingiu?” (Isai. XLV, v); “E agora glorifica-me tu, ó PAI, junto de ti mesmo, com aquela glória que tinha contigo antes que o mundo existisse” (Ioann. XVII, v).

CAPUT III
DE DECRETIS DEI ET PRAEDESTINATIONE

ARTICULUS IX
Do Conselho Eterno e Soberano de DEUS

Confessamos que DEUS, desde toda a eternidade, segundo o beneplácito de sua vontade e para a manifestação da sua glória, ordenou livre e imutavelmente tudo quanto acontece no tempo, dispondo os meios tanto quanto os fins, sem que seja autor do pecado, antes sustentando a agência moral das criaturas sem violentá-la, Assim declara as Escrituras;
“Nele, digo, em quem também fomos feitos herança, havendo sido predestinados conforme o propósito daquele que faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade” (Eph. I, xi); “Que anuncio o fim desde o princípio, e desde a antiguidade as coisas que ainda não sucederam; que digo: O meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade” (Isai. XLVI, x); “Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente” (Rom. XI, xxxvi).

ARTICULUS X
Da Natureza do Decreto: Unidade, Perfeição e Liberdade

Cremos que o decreto divino é uno, perfeito e perfeitíssimo, abrangendo todas as coisas que se fazem no tempo, inclusive as ações livres das criaturas, as quais opera e sustenta com tal sabedoria que, embora DEUS não seja o autor do pecado, ordena os meios e os fins na unidade do seu conselho, de sorte que nada escapa à sua soberania, Assim declara as Escrituras;
“O SENHOR fez todas as coisas para si mesmo, e até ao ímpio para o dia do mal” (Prov. XVI, iv); “No céu está o nosso DEUS; ele faz tudo o que lhe agrada” (Psal. CXV, iii); “Bem sei eu que tudo podes, e que nenhum dos teus pensamentos pode ser impedido” (Iob. XLII, ii).

ARTICULUS XI
Da Eleição Graciosa e Incondicional

Cremos que, neste decreto, DEUS predestinou alguns para a vida eterna — os eleitos —, segundo o puro louvor da sua graça, sem previsão de méritos ou obras, mas unicamente por seu livre amor em CRISTO, antes da fundação do mundo; esta eleição é imutável, certa e eficaz, sendo fonte de toda consolação para os que creem, Assim declara as Escrituras;

“Como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em amor” (Eph. I, iv); “Aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou” (Rom. VIII, xxx); “Amei a Jacó, e odiei a Esaú” (Rom. IX, xiii).

ARTICULUS XII

Da Reprobação e da Ordem Supralapsariana

Cremos que DEUS ordenou deixar os réprobos em sua justa condenação, passando por alto (praeteritio), para demonstração da sua justiça, assim como a eleição manifesta as riquezas da sua graça; e que, na ordem da razão, a consideração do fim precede a consideração dos meios, de sorte que a graça é absolutamente soberana e ninguém pode contender com a vontade do Altíssimo, Assim declara as Escrituras;
“Que direis, pois, se DEUS, querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos da ira preparados para a perdição” (Rom. IX, xxii); “Então dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos” (Matth. XXV, xli); “Quem és tu, ó homem, que a DEUS replicas? A coisa formada dirá ao que a formou: Por que me fizeste assim?” (Rom. IX, xx).

CAPUT IV
DE CREATIONE ET PROVIDENTIA

ARTICULUS XIII
Da Criação ex nihilo e da Bondade Original das Coisas

Confessamos que DEUS criou todas as coisas, visíveis e invisíveis, do nada, pela palavra do seu poder, no espaço de seis dias, e tudo era muito bom; nem a matéria é eterna, nem o mundo emanou da essência divina, mas o universo recebeu o ser por ato positivo e livre da vontade de DEUS, Assim declara as Escrituras;
“No princípio criou DEUS os céus e a terra” (Gen. I, i); “Pela fé entendemos que os mundos pela palavra de DEUS foram criados; de modo que o visível não foi feito do que se vê” (Heb. XI, iii); “Pois ele falou, e tudo se fez; ele ordenou, e tudo surgiu” (Psal. XXXIII, ix); “E viu DEUS tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom” (Gen. I, xxxi).

ARTICULUS XIV
Da Existência Comunicada e da Sustentação Contínua

Cremos que nenhuma criatura subsiste em si mesma; toda a criação, desde a maior galáxia até o mais ínfimo átomo, existe como efeito presente e comunicado da Palavra sustentadora de DEUS, o qual mantém, momento a momento, o ser de todas as coisas, de tal maneira que, se retirasse sua mão, tudo volveria ao nada de onde proveio, Assim declara as Escrituras;
“Todas as coisas subsistem por ele” (Col. I, xvii); “Sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder” (Heb. I, iii); “Nele vivemos, e nos movemos, e existimos” (Act. XVII, xxviii); “Tu só és SENHOR, tu fizeste o céu, o céu dos céus, e todo o seu exército... e tu os guardas com vida a todos” (Neh. IX, vi).

ARTICULUS XV
Da Providência Soberana e Santíssima

Cremos que DEUS governa, dirige e dispõe todas as criaturas e todos os eventos, desde a queda de um cabelo até o curso dos impérios, segundo a sua sábia e santa providência, sem jamais violentar a liberdade das criaturas nem tornar-se autor do pecado; antes, confere realidade e eficácia derivadas às causas segundas, que operam sustentadas pela mão divina, Assim declara as Escrituras;
“O nosso DEUS está nos céus; fez tudo o que lhe agradou” (Psal. CXV, iii); “E até mesmo os cabelos da vossa cabeça estão todos contados” (Matth. X, xxx); “Sabemos que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a DEUS, daqueles que são chamados por seu decreto” (Rom. VIII, xxviii); “O coração do rei está

na mão do SENHOR, como os ribeiros das águas; ele o inclina para onde quer” (Prov. XXI, i).

ARTICULUS XVI

Da Criação do Homem e da Imagem de DEUS

Cremos que o homem foi formado do pó da terra e insuflado com o fôlego de vida, criado macho e fêmea, à imagem e semelhança de DEUS, revestido de conhecimento, justiça e santidade verdadeiras, com domínio sobre as criaturas inferiores; esta imagem, embora maculada pela queda, não foi de todo perdida, antes é restaurada progressivamente nos eleitos, até que na consumação resplandeça em plenitude, Assim declara as Escrituras;

“E criou DEUS o homem à sua imagem; à imagem de DEUS o criou; homem e mulher os criou” (Gen. I, xxvii); “E formou o SENHOR DEUS o homem do pó da terra, e soprou em seus narizes o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente” (Gen. II, vii); “E vos revistais do novo homem, que segundo DEUS é criado em verdadeira justiça e santidade” (Eph. IV, xxiv).

CAPUT V
DE LAPSU HOMINIS ET PECCATO

ARTICULUS XVII
Da Queda de Adão e da Ruína da Raça

Confessamos que nossos primeiros pais, deixados à liberdade de sua própria vontade, caíram do estado de inocência ao comer o fruto proibido, transgredindo o mandamento expresso de DEUS; por esta desobediência, toda a humanidade descendente de Adão por geração ordinária — exceto o SENHOR JESUS — contraiu o pecado original, a corrupção de toda a natureza e a justa condenação à morte eterna, Assim declara as Escrituras;
“Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gen. II, xvii); “Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram” (Rom. V, xii); “A mulher, vendo que a árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento, tomou do seu fruto, e comeu, e deu também a seu marido, e ele comeu com ela” (Gen. III, vi).

ARTICULUS XVIII
Do Pecado Original e da Transmissão da Corrupção

Cremos que o pecado de Adão foi imputado a toda a sua posteridade, e com ele a corrupção da natureza se propagou a todos os homens, de modo que cada descendente de Adão é concebido em pecado, trazendo consigo desde o ventre materno a inclinação para o mal, a privação da justiça original e a incapacidade radical para qualquer bem espiritual, Assim declara as Escrituras;
“Eis que em iniquidade fui formado, e em pecado me concebeu minha mãe” (Psal. LI, v); “Porque a inclinação da carne é inimizade contra DEUS, pois não é sujeita à lei de DEUS, nem, em verdade, o pode ser” (Rom. VIII, vii); “A impiedade dos pais está nos seus filhos” (Iob. XXI, xix).

ARTICULUS XIX
Da Corrupção Total do Entendimento e da Vontade

Cremos que, após a queda, o homem perdeu inteiramente a capacidade de qualquer bem espiritual que o conduza à salvação; não há em sua vontade, inclinação ou entendimento senão trevas; sua vontade, embora livre no sentido de agir

espontaneamente, está cativa ao pecado e não pode converter-se a DEUS sem que a graça soberana a vivifique primeiro, Assim declara as Escrituras;
“Como está escrito: Não há um justo, nem um sequer. Não há ninguém que entenda; não há ninguém que busque a DEUS” (Rom. III, x-xi); “O homem natural não compreende as coisas do ESPÍRITO DE DEUS, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente” (I Cor. II, xiv); “Estando vós mortos em ofensas e pecados, em que noutro tempo andastes segundo o curso deste mundo” (Eph. II, i-ii).

ARTICULUS XX

Da Incapacidade Absoluta e da Necessidade da Graça

Cremos que o homem, em seu estado caído, é escravo do pecado, sujeito à vontade de Satanás, e totalmente incapaz de cooperar para a sua salvação; seu livre-arbítrio não é forçado, mas age espontaneamente segundo a sua corrupção, de modo que necessita absolutamente da graça soberana que o regenere como ato monérgico de DEUS, Assim declara as Escrituras;
“Todo aquele que comete pecado é servo do pecado” (Ioann. VIII, xxxiv); “Porque também nós éramos noutro tempo insensatos, desobedientes, extraviados, servindo a várias concupiscências e deleites” (Tit. III, iii); “Ninguém pode vir a mim, se o PAI que me enviou o não trouxer” (Ioann. VI, xliv); “DEUS é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade” (Phil. II, xiii).

CAPUT VI
DE FOEDERE GRATIAE ET MEDIATORE CHRISTO

ARTICULUS XXI
Da Instituição e Unidade do Pacto da Graça

Confessamos que, desde a primeira promessa feita no Éden, DEUS estabeleceu o pacto da graça, pelo qual oferece gratuitamente a pecadores a vida e a salvação em JESUS CRISTO, o Mediador único; este pacto, administrado diversamente no Antigo e no Novo Testamentos, permanece substancialmente um, sendo a salvação sempre pela graça mediante a fé no Redentor vindouro ou já vindo, Assim declara as Escrituras;
“E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar” (Gen. III, xv); “Estabelecerei a minha aliança entre mim e ti, e a tua descendência depois de ti nas suas gerações, por aliança perpétua” (Gen. XVII, vii); “Mas agora alcançou ele ministério tanto mais excelente, quanto é Mediador de uma melhor aliança que está confirmada em melhores promessas” (Heb. VIII, vi).

ARTICULUS XXII
Da Encarnação do Verbo e da União Hipostática

Cremos que o FILHO DE DEUS, segunda Pessoa da Trindade, verdadeiro e eterno DEUS, assumiu a natureza humana verdadeira e perfeita, com todas as suas propriedades essenciais, no ventre da virgem Maria, pela operação sobrenatural do ESPÍRITO SANTO, de tal modo que duas naturezas íntegras e distintas — a divina e a humana — foram unidas inseparavelmente em uma só Pessoa, sem conversão, composição ou confusão, Assim declara as Escrituras;
“E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do unigênito do PAI, cheio de graça e de verdade” (Ioann. I, xiv); “Mas, vindo a plenitude dos tempos, DEUS enviou seu FILHO, nascido de mulher, nascido sob a lei” (Gal. IV, iv); “Grande é o mistério da piedade: DEUS se manifestou em carne, foi justificado no ESPÍRITO, visto dos anjos, pregado aos gentios, crido no mundo, recebido acima na glória” (I Tim. III, xvi).

ARTICULUS XXIII
Da Dupla Obediência e da Satisfação Vicária

Cremos que CRISTO, como Cabeça federal dos eleitos, obedeceu perfeitamente à Lei de DEUS — obediência ativa — e padeceu a morte de cruz em lugar dos seus —

obediência passiva —, satisfazendo a justiça divina, suportando a ira do PAI e consumando a obra redentora; pela sua obediência, muitos são feitos justos, Assim declara as Escrituras;

“Porque, como pela desobediência de um só homem muitos foram feitos pecadores, assim pela obediência de um muitos serão feitos justos” (Rom. V, xix); “CRISTO nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se maldição por nós; porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado no madeiro” (Gal. III, xiii); “Àquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de DEUS” (II Cor. V, xxi).

ARTICULUS XXIV

Da Exaltação e Intercessão do Mediador

Cremos que a ressurreição corporal de CRISTO ao terceiro dia, a sua ascensão aos céus e a sua intercessão contínua à destra do PAI constituem o coroamento da sua obra meritória, sendo o fundamento da nossa justificação, o penhor da nossa ressurreição e a garantia da nossa perseverança, pois vive sempre para interceder pelos seus, Assim declara as Escrituras;

“CRISTO morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras, e foi sepultado, e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras” (I Cor. XV, iii-iv); “É CRISTO quem morreu, ou antes quem ressuscitou dentre os mortos, o qual está à direita de DEUS, e também intercede por nós” (Rom. VIII, xxxiv); “Portanto, pode também salvar perfeitamente os que por ele se chegam a DEUS, vivendo sempre para interceder por eles” (Heb. VII, xxv).

CAPUT VII
DE VOCATIONE ET REGENERATIONE

ARTICULUS XXV
Da Chamada Geral e da Chamada Eficaz

Confessamos que DEUS chama externamente a todos os que ouvem o Evangelho, oferecendo-lhes a salvação; mas somente os eleitos são chamados eficazmente, pelo seu ESPÍRITO e pela sua Palavra, no tempo aprazível, operando DEUS neles o querer e o realizar, por uma operação que é irresistível não por violência, mas por criar no coração a disposição voluntária para atender ao chamado, Assim declara as Escrituras; “Muitos são chamados, mas poucos escolhidos” (Matth. XXII, xiv); “Aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou” (Rom. VIII, xxx); “Ninguém pode vir a mim, se o PAI que me enviou o não trouxer” (Ioann. VI, xliv).

ARTICULUS XXVI
Da Iluminação e da Operação Irresistível do ESPÍRITO

Cremos que, na chamada eficaz, o ESPÍRITO ilumina os entendimentos espirituais, remove o coração de pedra e implanta um coração de carne, inclinando o eleito irresistível, porém suavemente, a abraçar a CRISTO, tornando-o voluntário na obediência, sem jamais violentar a sua vontade criada, Assim declara as Escrituras;
“E vos darei um coração novo, e porei dentro de vós um espírito novo; e tirarei o coração de pedra da vossa carne, e vos darei um coração de carne” (Ezech. XXXVI, xxvi); “Todo aquele que do PAI ouviu e aprendeu vem a mim” (Ioann. VI, xlv); “Porque DEUS, que disse que das trevas resplandecesse a luz, é quem resplandeceu em nossos corações, para iluminação do conhecimento da glória de DEUS, na face de JESUS CRISTO” (II Cor. IV, vi).

ARTICULUS XXVII
Da Regeneração como Ato Monérgico

Cremos que a regeneração é o ato soberano e imediato do ESPÍRITO SANTO pelo qual se implanta um novo princípio de vida espiritual, removendo-se o coração de pedra e conferindo-se uma nova natureza; este ato é absolutamente monérgico, realizado sem cooperação do homem, pois este se encontra espiritualmente morto, sendo a regeneração a causa eficiente da fé e do arrependimento, Assim declara as Escrituras;

“E vos vivificou, estando vós mortos em ofensas e pecados” (Eph. II, i); “O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do ESPÍRITO é espírito” (Ioann. III, vi); “Não pelas obras de justiça que houvéssemos feito, mas segundo a sua misericórdia, nos salvou pela lavagem da regeneração e da renovação do ESPÍRITO SANTO” (Tit. III, v).

ARTICULUS XXVIII

Da Fé Salvadora como Dom de DEUS

Cremos que a fé salvadora é um dom soberano de DEUS, operado pelo ESPÍRITO SANTO no coração dos eleitos, pela qual o crente não apenas crê que a Palavra de DEUS é verdadeira, mas também recebe e descansa exclusivamente em CRISTO para a salvação, sendo esta fé o único instrumento da justificação, embora jamais constitua mérito humano, Assim declara as Escrituras;

“Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de DEUS” (Eph. II, viii); “Olhando para JESUS, autor e consumador da fé” (Heb. XII, ii); “Mas a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de DEUS, aos que creem no seu nome” (Ioann. I, xii).

CAPUT VIII
DE IUSTIFICATIONE, ADOPTIONE ET SANCTIFICATIONE

ARTICULUS XXIX
Da Justificação Gratuita pela Fé Somente

Confessamos que os eleitos, uma vez chamados eficazmente, são justificados gratuitamente pela graça de DEUS, mediante a redenção que há em CRISTO Jesus, não por obras da lei, mas pela fé somente; esta justificação consiste na remissão plena dos pecados e na imputação da justiça ativa e passiva de CRISTO, pela qual os crentes são aceitos como justos diante do tribunal divino, Assim declara as Escrituras;
“Sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em CRISTO Jesus” (Rom. III, xxiv); “Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé, sem as obras da lei” (Rom. III, xxviii); “Àquele que não obra, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça” (Rom. IV, v).

ARTICULUS XXX
Da Adoção como Filhos e Herdeiros de DEUS

Cremos que, no mesmo ato da justificação, os crentes recebem o ESPÍRITO de adoção, tornando-se filhos de DEUS e herdeiros com CRISTO, co-participantes das promessas eternas; esta filiação não anula a distinção entre o Filho unigênito e os filhos adotivos, mas confere-lhes o privilégio inefável de clamar "Abba, PAI", Assim declara as Escrituras;
“Porque não recebestes o espírito de escravidão, para outra vez estardes em temor, mas recebestes o ESPÍRITO de adoção de filhos, pelo qual clamamos: Abba, PAI” (Rom. VIII, xv); “E, se nós somos filhos, somos logo herdeiros também, herdeiros de DEUS, e co-herdeiros de CRISTO, se é certo que com ele padecemos, para que também com ele sejamos glorificados” (Rom. VIII, xvii); “Vede quão grande amor nos tem concedido o PAI, que fôssemos chamados filhos de DEUS” (I Ioann. III, i).

ARTICULUS XXXI
Da Santificação Progressiva

Cremos que os justificados são também santificados progressivamente pelo ESPÍRITO SANTO, que neles opera o querer e o realizar, mortificando as obras da carne e vivificando as graças do ESPÍRITO; esta santificação, embora imperfeita nesta vida, cresce em todo aquele que crê como fruto necessário da fé, sendo toda ela obra da graça que sustenta a resposta humana subordinada, Assim declara as Escrituras;

“Porque esta é a vontade de DEUS, a vossa santificação; que vos abstenhais da fornicação” (I Thess. IV, iii); “Segui a paz com todos, e a santificação, sem a qual ninguém verá o SENHOR” (Heb. XII, xiv); “E o mesmo DEUS de paz vos santifique em tudo; e todo o vosso espírito, e alma, e corpo, sejam plenamente conservados irrepreensíveis para a vinda de nosso SENHOR JESUS CRISTO” (I Thess. V, xxiii).

ARTICULUS XXXII

Do Arrependimento e das Boas Obras

Cremos que a fé justificadora é inseparável do arrependimento para a vida, graça evangélica pela qual o pecador, com verdadeira tristeza segundo DEUS, abandona o pecado e volta-se para o SENHOR em novidade de vida; e que as boas obras são somente aquelas que DEUS ordena em sua Palavra, frutos da fé, evidências da justificação, agradáveis a DEUS em CRISTO, sem jamais constituir base meritória para a salvação, Assim declara as Escrituras;

“Porque a tristeza segundo DEUS opera arrependimento para a salvação, da qual ninguém se arrepende” (II Cor. VII, x); “Arrependei-vos, pois, e convertei-vos, para que sejam apagados os vossos pecados, e venham assim os tempos do refrigério pela presença do SENHOR” (Act. III, xix); “Porque somos feitura sua, criados em CRISTO Jesus para as boas obras, as quais DEUS preparou para que andássemos nelas” (Eph. II, x).

CAPUT IX
DE PERSEVERANTIA, CERTITUDINE ET LEGE

ARTICULUS XXXIII
Da Perseverança dos Santos

Confessamos que aqueles a quem DEUS justifica e santifica são guardados pelo poder de DEUS mediante a fé, de modo que jamais caem total ou finalmente do estado de graça; ainda que, por vezes, cometam pecados graves e sofram a disciplina divina, são certamente restaurados ao arrependimento e preservados para a salvação eterna, Assim declara as Escrituras;
“Eu lhes dou a vida eterna, e nunca hão de perecer, e ninguém as arrebatará da minha mão” (Ioann. X, xxviii); “Tendo por certo isto mesmo, que aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até ao dia de JESUS CRISTO” (Phil. I, vi); “Que mediante a fé estais guardados na virtude de DEUS para a salvação, já prestes para se revelar no último tempo” (I Pet. I, v).

ARTICULUS XXXIV
Da Certeza da Salvação

Cremos que o crente pode e deve ter certeza da sua salvação, fundamentada nas promessas da Escritura, no testemunho interior do ESPÍRITO SANTO que clama "Abba, PAI", e nos frutos da santificação como evidência da sua eleição e justificação; esta certeza não é presunção, mas confiança humilde e firme, compatível com dúvidas e combates, os quais são superados pela fé operante pelo amor, Assim declara as Escrituras;
“Estas coisas vos escrevi a vós, os que credes no nome do FILHO DE DEUS, para que saibais que tendes a vida eterna” (I Ioann. V, xiii); “O mesmo ESPÍRITO testifica com o nosso espírito que somos filhos de DEUS” (Rom. VIII, xvi); “Portanto, irmãos, procurai fazer firme a vossa vocação e eleição; porque, fazendo isto, nunca jamais tropeçareis” (II Pet. I, x).

ARTICULUS XXXV
Da Perpetuidade e dos Usos da Lei Moral

Cremos que a Lei Moral, sumariada no Decálogo, permanece como perpétua regra de justiça; para o regenerado, opera o terceiro uso — o usus didacticus ou normativus —, guiando-o na gratidão e na conformação à imagem de CRISTO, sendo a obediência fruto e não condição da salvação, e a desobediência, pecado que entristece o ESPÍRITO, Assim declara as Escrituras;

“Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas; não vim ab-rogar, mas cumprir” (Matth. V, xvii); “A lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom” (Rom. VII, xii); “Lâmpada para os meus pés é tua palavra, e luz para o meu caminho” (Psal. CXIX, cv); “A lei do SENHOR é perfeita, e refrigera a alma” (Psal. XIX, vii).

ARTICULUS XXXVI

Da Liberdade Evangélica

Cremos que a liberdade cristã é a emancipação da culpa, da condenação e do domínio do pecado, bem como da obrigação das cerimônias mosaicas; todavia, esta liberdade não é pretexto para a carne, nem licença para violar a lei moral, mas deve ser exercida em amor, com a consciência cativa à Escritura, pois todas as coisas são lícitas, mas nem todas convêm, Assim declara as Escrituras;

“Estai, pois, firmes na liberdade com que CRISTO nos libertou, e não torneis a colocar-vos debaixo do jugo da servidão” (Gal. V, i); “Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade. Não useis então da liberdade para dar ocasião à carne, mas servi-vos uns aos outros pelo amor” (Gal. V, xiii); “Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm; todas as coisas me são lícitas, mas eu não me deixarei dominar por nenhuma” (I Cor. VI, xii).

CAPUT X
DE CULTU DEI ET SACRAMENTIS

ARTICULUS XXXVII
Do Culto Solene e do Dia do SENHOR

Confessamos que o culto religioso deve ser prestado unicamente a DEUS — PAI, FILHO e ESPÍRITO SANTO —, não a anjos, santos ou qualquer outra criatura, e segundo a Escritura, compreendendo oração, leitura e pregação da Palavra, canto de Salmos e cânticos espirituais, e a administração dos sacramentos; o primeiro dia da semana, o Dia do SENHOR, é o sábado cristão, a ser santificado como dia de repouso e adoração, Assim declara as Escrituras;
"DEUS é ESPÍRITO, e importa que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade" (Ioann. IV, xxiv); "E perseveravam na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações" (Act. II, xlii); "Eu fui arrebatado em espírito no dia do SENHOR" (Apoc. I, x); "Lembra-te do dia do sábado, para o santificar" (Ex. XX, viii).

ARTICULUS XXXVIII
Do Batismo como Sinal e Selo da Aliança

Cremos que o Batismo, instituído por CRISTO, é o sacramento da iniciação na Igreja visível, sinal e selo da aliança da graça, da regeneração, da remissão dos pecados e da inserção em CRISTO; substituiu a circuncisão e, portanto, deve ser administrado com água em nome do PAI, do FILHO e do ESPÍRITO SANTO, estendendo-se também aos filhos dos crentes, herdeiros da promessa, Assim declara as Escrituras;
"Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do PAI, e do FILHO, e do ESPÍRITO SANTO" (Matth. XXVIII, xix); "Porque a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão longe" (Act. II, xxxix); "Nele também estais circuncidados com a circuncisão não feita por mão no despojo do corpo da carne, a circuncisão de CRISTO; sepultados com ele no batismo" (Col. II, xi-xii).

ARTICULUS XXXIX
Da Ceia do SENHOR e da Presença Espiritual Real

Cremos que a Ceia do SENHOR é o sacramento da comunhão e do alimento espiritual, no qual, mediante os elementos do pão e do vinho, os crentes participam verdadeira e espiritualmente do corpo e do sangue de CRISTO, sendo alimentados para a vida eterna; CRISTO está presente não localmente ou corporalmente nos elementos, mas espiritualmente pela fé, operada pelo ESPÍRITO, Assim declara as Escrituras;

“Porque eu recebi do SENHOR o que também vos ensinei: que o SENHOR JESUS, na noite em que foi traído, tomou o pão” (I Cor. XI, xxiii); “O pão que partimos não é porventura a comunhão do corpo de CRISTO?” (I Cor. X, xvi); “É o espírito que vivifica, a carne para nada aproveita; as palavras que eu vos disse são espírito e vida” (Ioann. VI, lxiii).

ARTICULUS XL

Da Regulação do Culto e da Pureza Sacramental

Cremos que o culto deve ser regulado unicamente pela Palavra de DEUS, não segundo invenções humanas, e que os sacramentos são eficazes não por qualquer virtude inerente neles ou naquele que os administra, mas pela bênção de CRISTO e pela operação do ESPÍRITO naqueles que os recebem pela fé. A Ceia não deve ser administrada a impenitentes ou ignorantes, Assim declara as Escrituras;
“Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens” (Matth. XV, ix); “Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e assim coma deste pão e beba deste cálice. Porque o que come e bebe indignamente, come e bebe para sua própria condenação, não discernindo o corpo do SENHOR” (I Cor. XI, xxviii-xxix).

CAPUT XI
DE ECCLESIA ET COMMUNIONE SANCTORUM

ARTICULUS XLI
Da Igreja Universal, Corpo Místico de CRISTO

Confessamos que a Igreja universal é a comunidade de todos os eleitos de todas as épocas, o corpo místico de CRISTO, invisível em sua realidade espiritual, cujo único Cabeça é o SENHOR JESUS; ela é santa, una e católica, sendo o povo adquirido por DEUS para a sua possessão exclusiva, Assim declara as Escrituras;
“E sujeitou todas as coisas a seus pés, e sobre todas as coisas o constituiu como cabeça da igreja, que é o seu corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todos” (Eph. I, xxii-xxiii); “O qual é a cabeça do corpo, da igreja; é o princípio e o primogênito dentre os mortos, para que em tudo tenha a preeminência” (Col. I, xviii); “Mas tendes chegado ao monte Sião, e à cidade do DEUS vivo, à Jerusalém celestial, e à assembleia dos primogênitos” (Heb. XII, xxii-xxiii).

ARTICULUS XLII
Da Igreja Visível e suas Marcas

Cremos que esta Igreja universal se manifesta na Igreja visível, que consiste em todas as pessoas que professam a fé verdadeira e seus filhos, reunidas em congregações locais. A verdadeira Igreja visível se conhece pela pregação pura da Palavra, a reta administração dos sacramentos e o exercício fiel da disciplina eclesiástica, Assim declara as Escrituras;
“Sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (Matth. XVI, xviii); “Uma só fé, um só batismo” (Eph. IV, v); “E perseveravam na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações” (Act. II, xlii).

ARTICULUS XLIII
Da Comunhão dos Santos

Cremos que todos os santos, unidos a CRISTO, têm comunhão uns com os outros em dons espirituais, afetos santos e deveres mútuos, devendo participar juntos das ordenanças, auxiliar-se nas necessidades temporais e espirituais, suportar as fraquezas uns dos outros; esta comunhão não anula a propriedade pessoal, mas a aperfeiçoa em amor, Assim declara as Escrituras;
“Mas, se andarmos na luz, como ele na luz está, temos comunhão uns com os outros, e o sangue de JESUS CRISTO, seu FILHO, nos purifica de todo o pecado” (I Ioann. I,

vii); “Levai as cargas uns dos outros, e assim cumprireis a lei de CRISTO” (Gal. VI, ii); “De maneira que, se um membro padece, todos os membros padecem com ele; e, se um membro é honrado, todos os membros se regozijam com ele” (I Cor. XII, xxvi).

ARTICULUS XLIV

Da Disciplina Eclesiástica

Cremos que a disciplina eclesiástica, parte essencial do governo da Igreja, deve ser aplicada gradual e amorosamente: advertência privada, repreensão pública, suspensão dos sacramentos e, em último caso, excomunhão do impenitente, sempre com o fim da restauração, nunca por vingança ou tirania, Assim declara as Escrituras;
“Ora, se teu irmão pecar contra ti, vai, e repreende-o entre ti e ele só; se te ouvir, ganhaste a teu irmão” (Matth. XVIII, xv); “Tirai, pois, de entre vós a esse iníquo” (I Cor. V, xiii); “Baste a esse tal esta repreensão feita por muitos, de maneira que, pelo contrário, deveis antes perdoar-lhe e consolá-lo” (II Cor. II, vi-vii).

CAPUT XII
DE GUBERNATIONE ECCLESIAE ET CONCILIIS

ARTICULUS XLV
Do Governo Presbiteriano da Igreja

Confessamos que CRISTO, único Cabeça da Igreja, dotou-a de oficiais: pastores (bispos ou presbíteros) e diáconos, que exercem governo colegiado, conforme o modelo presbiteriano ou sinodal, fundamentado na igualdade essencial do presbiterato e na submissão das congregações aos concílios maiores, Assim declara as Escrituras;
“E ele mesmo deu uns para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores, querendo o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para edificação do corpo de CRISTO” (Eph. IV, xi-xii); “Por esta causa te deixei em Creta, para que pusesses em boa ordem as coisas que ainda restam, e de cidade em cidade estabelecesses presbíteros, como já te mandei” (Tit. I, v); “Aos presbíteros, pois, que estão entre vós, admoesto eu, que sou também presbítero com eles” (I Pet. V, i).

ARTICULUS XLVI
Dos Ofícios Eclesiásticos e seus Deveres

Cremos que os pastores (presbíteros docentes) são chamados para a pregação da Palavra, a administração dos sacramentos e o pastoreio do rebanho; os presbíteros regentes para o governo e a disciplina; e os diáconos para o serviço das mesas e o cuidado dos necessitados, cada ofício segundo os dons concedidos pelo ESPÍRITO, Assim declara as Escrituras;
“A palavra fiel é esta: que, se alguém deseja o episcopado, excelente obra deseja” (I Tim. III, i); “Porque os que servirem bem como diáconos adquirem para si uma boa posição e muita confiança na fé que há em CRISTO Jesus” (I Tim. III, xiii); “Presbíteros que governam bem sejam estimados por dignos de duplicada honra, principalmente os que trabalham na palavra e na doutrina” (I Tim. V, xvii).

ARTICULUS XLVII
Dos Sínodos e Concílios e sua Autoridade

Cremos que sínodos e concílios — presbitérios, sínodos provinciais e nacionais, assembleias gerais — são instrumentos legítimos para a edificação e o governo da Igreja. Sua autoridade é derivada e subordinada à Escritura, sendo seus decretos vinculativos apenas quando conformes à Palavra de DEUS, e suas decisões são passíveis de reforma por assembleias posteriores, Assim declara as Escrituras;

“Pareceu-nos bem, reunidos unanimemente, eleger alguns varões, e enviá-los com os nossos amados Barnabé e Paulo... e escrever por intermédio deles” (Act. XV, xxv, xxvii); “E, passando pelas cidades, lhes entregavam, para serem observados, os decretos que haviam sido estabelecidos pelos apóstolos e presbíteros em Jerusalém” (Act. XVI, iv); “E os espíritos dos profetas estão sujeitos aos profetas” (I Cor. XIV, xxxii).

ARTICULUS XLVIII

Da Autoridade Subordinada e da Falibilidade dos Concílios

Cremos que todo concílio, por mais representativo, ocupa posição subordinada, devendo ser examinado e julgado pelo cânon supremo das Escrituras; seus decretos são vinculativos à consciência apenas enquanto conformes à Palavra de DEUS, e nenhum concílio é infalível por si mesmo, mas apenas na medida em que reflete o ensino dos profetas e apóstolos, Assim declara as Escrituras;
“À lei e ao testemunho! Se eles não falarem segundo esta palavra, é porque não há luz neles” (Isai. VIII, xx); “Examinai tudo; retende o bem” (I Thess. V, xxi); “E foram mais nobres do que os que estavam em Tessalônica, porque de bom grado receberam a palavra, examinando cada dia nas Escrituras se estas coisas eram assim” (Act. XVII, xi).

CAPUT XIII
DE FAMILIA ET MATRIMONIO

ARTICULUS XLIX
Da Família como Igreja Doméstica e Ordenação Divina

Confessamos que a família, instituída por DEUS antes da Igreja visível e do magistrado civil, é uma pequena igreja doméstica e o germe do Reino de CRISTO. O pai exerce múnus tríplice — profético, sacerdotal e real — na esfera doméstica, sob o senhorio de CRISTO, e a disciplina doméstica é a base da reforma social, Assim declara as Escrituras;
“E estas palavras, que hoje te ordeno, estarão no teu coração; e as ensinarás a teus filhos, e delas falarás sentado em tua casa, e andando pelo caminho, e deitando-te, e levantando-te” (Deut. VI, vi-vii); “Educa a criança no caminho em que deve andar, e até quando envelhecer não se desviará dele” (Prov. XXII, vi); “Porque eu o tenho conhecido, e sei que ele há de ordenar a seus filhos e à sua casa depois dele, para que guardem o caminho do SENHOR” (Gen. XVIII, xix).

ARTICULUS L
Do Matrimônio como Pacto Perpétuo e Figura de CRISTO

Cremos que o matrimônio foi instituído no estado de inocência como um pacto perpétuo entre um só homem e uma só mulher, para a mútua ajuda, a procriação santa e a continência casta; é figura do mistério de CRISTO e da Igreja, cujo vínculo é indissolúvel, salvo por adultério ou abandono do cônjuge incrédulo, e ainda assim a reconciliação deve ser diligentemente buscada, Assim declara as Escrituras;
“Portanto deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne” (Gen. II, xxiv); “Assim não são mais dois, mas uma só carne. Portanto, o que DEUS ajuntou, não o separe o homem” (Matth. XIX, vi); “Vós, maridos, amai vossas mulheres, como também CRISTO amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela” (Eph. V, xxv).

ARTICULUS LI
Da Ordem Divina na Família

Cremos que o marido é a cabeça da esposa, chamado ao amor sacrificial, e a esposa é auxiliadora idônea, de igual dignidade, porém de distinta função; os filhos devem obediência aos pais em tudo, como ao próprio DEUS, e os pais não devem provocar a ira dos filhos, mas criá-los na disciplina e admoestação do SENHOR, Assim declara as Escrituras;

“Vós, mulheres, estai sujeitas a vossos próprios maridos, como ao SENHOR; porque o marido é a cabeça da mulher, como também CRISTO é a cabeça da igreja” (Eph. V, xxii-xxiii); “Vós, filhos, obedecei em tudo a vossos pais, porque isto é agradável ao SENHOR” (Col. III, xx); “E vós, pais, não provoqueis a ira a vossos filhos, mas criai-os na doutrina e admoestação do SENHOR” (Eph. VI, iv).

ARTICULUS LII

Da Disciplina Doméstica e da Reforma das Casas

Cremos que a disciplina doméstica, exercida com justiça, constância e caridade, é uma ordenação divina para formar os costumes, para a santificação da família e para a glória de DEUS; a negligência desta disciplina é grave pecado, e a reforma das casas é a reforma da Igreja e das nações, Assim declara as Escrituras;
“O que retém a sua vara odeia seu filho, mas o que o ama, cedo o disciplina” (Prov. XIII, xxiv); “A vara e a repreensão dão sabedoria, mas a criança entregue a si mesma, envergonha a sua mãe” (Prov. XXIX, xv); “Vós, pais, não provoqueis a ira a vossos filhos, para que não se desanimem” (Col. III, xxi).

CAPUT XIV
DE MAGISTRATU CIVILI

ARTICULUS LIII
Da Instituição e Finalidade do Magistrado Civil

Confessamos que DEUS instituiu o magistrado civil como seu ministro para o bem, para a manutenção da justiça, da paz e da boa ordem entre os homens, e que os cristãos devem honrá-lo, pagar tributos e obedecer-lhe em todas as coisas lícitas e conformes à vontade de DEUS, Assim declara as Escrituras;
“Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de DEUS; e as potestades que há foram ordenadas por DEUS” (Rom. XIII, i); “Admoesta-os a que se sujeitem aos principados e potestades, que lhes obedeçam, e estejam preparados para toda a boa obra” (Tit. III, i); “Honrai a todos, amai a fraternidade, temei a DEUS, honrai ao rei” (I Pet. II, xvii).

ARTICULUS LIV
Da Obediência Condicional e da Cláusula Apostólica

Cremos que a obediência ao magistrado civil é devida em tudo o que não contrarie a Palavra de DEUS; quando, porém, o magistrado ordena o que DEUS proíbe, ou proíbe o que DEUS ordena, impõe-se a cláusula apostólica: obedecer antes a DEUS do que aos homens. Esta resistência é espiritual e passiva: aceita-se a penalidade civil, mas não se legitima a insurreição armada, Assim declara as Escrituras;
“Mais importa obedecer a DEUS do que aos homens” (Act. V, xxix); “Dai, pois, a César o que é de César, e a DEUS o que é de DEUS” (Matth. XXII, xxi); “Bem-aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus” (Matth. V, x).

ARTICULUS LV
Da Resistência Espiritual e da Submissão Paciente

Cremos que a resistência cristã ao magistrado injusto não é carnal, nem armada, mas espiritual, fundada na fidelidade à verdade revelada; suporta-se com paciência as penas que daí advierem, não levantando mão violenta nem conspirando contra a autoridade constituída, pois o Reino de CRISTO não é deste mundo, Assim declara as Escrituras;
“Se padecendo como cristão, não se envergonhe, antes glorifique a DEUS nesta parte” (I Pet. IV, xvi); “O SENHOR é juiz, o SENHOR é legislador, o SENHOR é rei; ele nos salvará” (Isai. XXXIII, xxii); “Porque a nossa milícia não é contra a carne e o sangue,

mas contra os principados, contra as potestades, contra os príncipes das trevas deste século” (Eph. VI, xii).

ARTICULUS LVI

Da Consciência Cativa à Escritura e da Confissão Pública

Cremos que a consciência do crente é cativa unicamente à Palavra de DEUS, e que em matérias de fé e culto não reconhece outro SENHOR senão JESUS CRISTO; portanto, em todas as coisas lícitas, submete-se ao Estado, mas na soberania da verdade revelada, está pronta a dar razão da sua esperança, com mansidão e temor, selando, se necessário, a confissão com o próprio sangue, Assim declara as Escrituras; “Se vivemos, para o SENHOR vivemos; se morremos, para o SENHOR morremos. De sorte que, ou vivamos, ou morramos, somos do SENHOR” (Rom. XIV, viii); “Porque para mim o viver é CRISTO, e o morrer é ganho” (Phil. I, xxi); “Sê fiel até à morte, e dar-te-ei a coroa da vida” (Apoc. II, x).

CAPUT XV
DE ESCATHOLOGIA ET CONSUMMATIONE

ARTICULUS LVII
Do Milênio Presente e do Reino de CRISTO na História

Confessamos um amilenarismo reformado, no qual a presente era é o milênio simbólico; CRISTO reina agora dos céus, e o Evangelho avança vitoriosamente na história, transformando nações e produzindo efeitos visíveis. Contudo, o joio cresce com o trigo, e a vitória do Reino se dá sempre sub cruce, em meio à perseguição e à apostasia, sem jamais inaugurar uma era intramundana de paz absoluta, Assim declara as Escrituras;
“E vi tronos; e assentaram-se sobre eles, e foi-lhes dado o poder de julgar; e viveram, e reinaram com CRISTO durante mil anos” (Apoc. XX, iv); “Mas, se eu expulso os demônios pelo ESPÍRITO DE DEUS, logo é chegado a vós o reino de DEUS” (Matth. XII, xxviii); “Deixai crescer ambos juntos até à ceifa; e, por ocasião da ceifa, direi aos ceifeiros: Colhei primeiro o joio, e atai-o em molhos para o queimar; mas o trigo, ajuntai-o no meu celeiro” (Matth. XIII, xxx).

ARTICULUS LVIII
Do Juízo sobre Jerusalém como Penhor Escatológico

Cremos que a profecia de Mateus 24 e passagens correlatas cumpriu-se de modo decisivo e histórico na queda de Jerusalém em 70 d.C., juízo divino sobre a antiga aliança e penhor da fidelidade de DEUS; este cumprimento parcial é a âncora histórica da certeza de que a consumação futura será igualmente certa e concreta, Assim declara as Escrituras;
“Em verdade vos digo que não passará esta geração sem que todas estas coisas aconteçam” (Matth. XXIV, xxxiv); “Quando virdes Jerusalém cercada de exércitos, sabei então que a sua desolação é chegada” (Luc. XXI, xx); “E o povo do príncipe, que há de vir, destruirá a cidade e o santuário” (Dan. IX, xxvi); “Todas estas coisas lhes sobrevieram como figuras, e estão escritas para aviso nosso, para quem já são chegados os fins dos séculos” (I Cor. X, xi).

ARTICULUS LIX
Da Parusia, da Ressurreição e do Juízo Final

Cremos que a Parusia de CRISTO será uma intervenção catastrófica e soberana que irrompe sobre a história, não como produto do esforço humano, mas como ato monérgico de DEUS. Haverá a ressurreição corporal dos justos para a glória e dos

ímpios para a vergonha eterna, e o juízo final procederá conforme as obras como evidência do estado espiritual, Assim declara as Escrituras;
“Porque o mesmo SENHOR descerá do céu com alarido, e com voz de arcanjo, e com a trombeta de DEUS; e os que morreram em CRISTO ressuscitarão primeiro” (I Thess. IV, xvi); “Vem a hora em que todos os que estão nos sepulcros ouvirão a sua voz, e sairão: os que fizeram bem, para a ressurreição da vida; e os que fizeram mal, para a ressurreição da condenação” (Ioann. V, xxviii-xxix); “E vi os mortos, grandes e pequenos, que estavam diante do trono, e abriram-se os livros... e foram julgados os mortos pelas coisas que estavam escritas nos livros, segundo as suas obras” (Apoc. XX, xii).

ARTICULUS LX

Dos Novos Céus, da Nova Terra e da Consumação Final

Cremos que, após o juízo, os justos herdarão a vida eterna em novos céus e nova terra, onde habita a justiça, e os ímpios serão lançados no fogo eterno; a consumação será a plena manifestação do Soli Deo Gloria, na qual DEUS será tudo em todos, e toda a criação, perpetuamente mantida por sua Palavra, será transfigurada, para a glória exclusiva do DEUS Trino, Assim declara as Escrituras;
“Mas nós, segundo a sua promessa, aguardamos novos céus e nova terra, em que habita a justiça” (II Pet. III, xiii); “E vi um novo céu, e uma nova terra... E DEUS limpará de seus olhos toda a lágrima; e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor; porque já as primeiras coisas são passadas” (Apoc. XXI, i, iv); “E, quando todas as coisas lhe estiverem sujeitas, então também o mesmo Filho se sujeitará àquele que todas as coisas lhe sujeitou, para que DEUS seja tudo em todos” (I Cor. XV, xxviii); “E irão estes para o tormento eterno, mas os justos para a vida eterna” (Matth. XXV, xlvi).

Ass: **Jairo de Sousa Nascimento†**

O documento está assinado e certificado pelo Gov.br, com integridade garantida no padrão ICP-BRASIL.
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.**

Como validar essa assinatura: *Renomeie este Arquivo para:* **Confissão_De_Fé_Dos_Símbolos_*assinado.pdf*** *Assesse o link: https://validar.iti.gov.br/ Concorda com os termo de responsabilidade, e anexe o Arquivo Renomeado, depois só Clique em* **Validar**